

# A unidade trabalhista

GONZAGA MOTA

A coligação PDT/PTB, caso venha a ser concretizada, deverá envolver aspectos funcionais e, principalmente, programáticos. Ao contrário do que ocorreu com os partidos políticos que deram sustentação ao que se chamou de Nova República, o PTB, neste momento, procurando reencontrar suas origens históricas, concentra sua atenção na formulação de propostas, diretrizes e mecanismos que possam fortalecer o trabalhismo brasileiro, dentro de um Estado democrático, moderno e progressista.

A coligação PDT/PTB, formando a Unidade Trabalhista, deverá assumir um posicionamento de vanguarda, defendendo e preservando os reais interesses dos trabalhadores à luz de discussões e entendimentos, claros e objetivos, com o Governo, com a classe empresarial e com os políticos. A participação dos diversos segmentos da sociedade na busca de soluções viáveis e socialmente justas é uma obrigação de todos. A consolidação democrática deverá ser alcançada na medida em que se tenha um governo de conciliação, externalizando credibilidade e esperança, e não um governo de concessão, onde "é dando que se recebe".

Em princípio, a proposta poderia consubstanciar pontos importantes, para o País sair do caos e buscar o caminho da estabilidade política, econômica e social. Dessa forma, dentre outros, vale ressaltar: a) dívida externa — capitalização dos juros, ampliação dos prazos de amortização e fixação do nível de 20 por cento do valor das exportações para pagamentos de obrigações ao exterior; b) inflação — adoção de políticas estruturais e não planos circunstanciais que não resolvem em definitivo o problema; c) ca-

pitalização da empresa privada nacional — concedendo-lhe maior estabilidade e paralelamente implantando mecanismos que evitem a fuga de recursos do setor produtivo para o setor especulativo: d) salários — reposição das perdas ocorridas ao longo do tempo, tendo-se por meta alcançar o salário mínimo de 100 dólares ao final do Governo; e) capital estrangeiro — bem recebido desde que não prejudique a indústria nacional e não seja instrumento de fuga permanente de recursos para o Exterior; f) investimentos sociais — alocação substancial de recursos nos setores educação e saúde, como forma de melhorar, a curto e médio prazos, o nível de vida do brasileiro; g) problemas regionais — redução das disparidades regionais, mediante a integração racional das populações carentes aos setores produtivos; h) políticas agrária e urbana — em face da interdependência existente, devem ser concebidas e implementadas em perfeita articulação, com ênfase, é claro, para os aspectos sociais; i) ecologia — promoção de investimentos, desde que não seja perturbado o equilíbrio ecológico, preservando-se com rigor a nossa flora e fauna; j) modernização — realização de investimentos no campo da ciência e tecnologia, bem como nos setores básicos e infra-estruturais.

Assim sendo, espera-se, em última análise, que realmente os brasileiros possam viver numa sociedade sem tensões e justa, onde deverá existir uma melhor distribuição da renda nacional, bem como reais perspectivas de desenvolvimento e progresso.

Gonzaga Mota é ex-governador do Ceará, vice-presidente do PTB e professor da Universidade Federal do Ceará